

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL - DTC/SMTC
RELATÓRIO**

Relatório de Recursos analisados pela CMRI – 2025

Nº da Decisão	Órgão Requerido	Reunião em que foi analisado	Breve descrição do conteúdo do Recurso	Decisão
01/2025	SMS	06/05/2025	O(a) requerente solicita dados referentes ao número de pessoas em situação de rua que morreram em Porto Alegre, no período entre os anos de 2019 e 2024.	Recurso Indeferido
02/2025	SMAP	06/05/2025	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, fornecimento da relação detalhada de todos os servidores beneficiários da Gratificação por Atividade de Planejamento Estratégico (GAPE).	Recurso Deferido
03/2025	SMED	24/06/2025	Trata-se de pedido de “[...] acesso às informações completas sobre todos os investimentos públicos, diretos ou indiretos, realizados em projetos relacionados a games e esportes eletrônicos (eSports) no período de 1º de janeiro de 2020 até a data atual, incluindo os projetos com recursos já aprovados ou alocados para o ano de 2025.”	Recurso Deferido

04/2025	Defesa Civil	24/06/2025	O requerente solicita dados referentes as quais foram as mudanças realizadas no protocolo de resposta a desastres ambientais, a episódios semelhantes aos eventos climáticos ocorridos no RS em 2024. Solicitou ainda, o envio de processos administrativos, notas técnicas e demais documentos relacionados.	Recurso Deferido
05/2025	SMTC	29/07/2025	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), acesso às informações sobre o prosseguimento da denúncia protocolada na Ouvidoria Municipal contra servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), identificada como *****, alegando prejuízos em decorrência de sua atuação.	Recurso Indeferido
06/2025	SMTC	29/07/2025	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), acesso a imagens de câmeras de monitoramento público referentes a acidente ocorrido entre 07h50 e 08h20, em frente à *****, localizada na Vila Ipê, nº ***, no bairro Vila Jardim, em Porto Alegre, envolvendo o veículo Ford *****, placa *****, cujo condutor causador do acidente evadiu-se do local.	Recurso Resta Prejudicado
07/2025	SMPG	29/07/2025	Trata-se de pedido de “[...] renovação de vistas aos documentos produzidos no SEI Nº 24.0.000076974-2	Recurso Indeferido
08/2025	DMAE	29/07/2025	Trata-se de pedido de “[...] relatórios de manutenção das casas de bomba de água do Porto Alegre produzidos em 2023, em 2024 e em 2025.”	Recurso Indeferido

09/2025	Defesa Civil	26/08/2025	O requerente solicitou, fundamentado na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), fornecimento de planilha em formato aberto (csv, ods, xls) dos registros do número de pessoas desaparecidas, resgatadas e vitimadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul em 2024.	Recurso Deferido
10/2025	SMAS	26/08/2025	O requerente solicita o fornecimento de planilha em formato aberto (csv, xls, ods), com as informações dos benefícios solicitados em Porto Alegre, após os eventos climáticos de 2024. Solicita nome completo, CPF parcial, objeto do benefício, valor do benefício, cidade da solicitação, se foi concedido ou negado, e as razões da negativa.	Recurso Indeferido
11/2025	SMGOV	30/09/2025	O requerente solicita os valores executados (empenhados) anualmente, de 2018 a 2024, referentes à folha de pagamento da Prefeitura de Porto Alegre, discriminados por categoria de vínculo: servidores efetivos, CLT, comissionados, temporários, entre outros.	Recurso Resta Prejudicado
12/2025	SMIDH	28/10/2025	O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, 12527/2011, fornecimento de planilha em formato aberto (csv/xls) contendo informações sobre denúncias ao Conselho Tutelar desde 2018, com campos: data, bairro, idade, raça, motivo da denúncia e encaminhamento.	Recurso Deferido

13/2025	SMP	25/11/2025	Trata-se de pedido de informações “[...] referentes às Praças de Porto Alegre [...]”. O Requerente solicitou, por exemplo, esclarecimentos sobre ato normativo que regulamenta a política dos “prefeitos de praças”, planilha com listagem de nome de praças, bairro, telefone e e-mail dos prefeitos, etc.	Recurso Deferido
14/2025	SMP	28/10/2025	Trata-se de pedido do “[...] inteiro teor digitalizado do instrumento jurídico referente à doação de equipamentos públicos pela Braskem para o município [...]”.	Recurso Deferido
15/2025	SMAMUS	25/11/2025	O requerente fez uma tentativa frustrada de acesso e download dos arquivos geográficos em formato shapefile utilizados para a criação do mapa interativo da proposta preliminar do novo Plano Diretor.	Recurso Deferido
16/2025	SMIDH	25/11/2025	O requerente solicitou, com fundamento na Lei nº 12.527/2011, acesso às informações relativas ao Centro de Referência do Negro, requerendo resposta individualizada aos seguintes pontos: (1) indicação do setor responsável pela administração; (2) informações sobre gestão e fiscalização; (3) fornecimento do inteiro teor do contrato firmado entre o Município e o BID; (4) disponibilização dos anexos e aditivos; (5) indicação de link de transparência ativa ou justificativa de sua ausência.	Recurso Deferido

17/2025	SMS	25/11/2025	O requerente apresentou pedido de acesso à informação solicitando dados sobre fiscalização e sanções aplicadas aos permissionários do Mercado Público, pedindo resposta expressa e separada em planilha em formato aberto (csv, ods, xlsx), sanções aplicadas, com razão social, CNPJ, data da sanção e tipo da sanção.	Recurso Indeferido
18/2025	SMF	25/11/2025	A requerente solicita esclarecimentos sobre o processo 001.033211.14.0.00000, relatando que, a proprietária Viviane Franke Mundstock já possuiria autorização para funcionamento de canil/gatil. Questiona, por que ela estaria solicitando nova autorização se afirma ter o canil regularizado. Informa ainda que o local abriga cerca de 30 animais em área urbana, causando incômodo aos moradores devido ao barulho noturno provocado pelos cães, que chorariam de frio durante a noite.	Recurso Indeferido
19/2025	SMAMUS	25/11/2025	O requerente fez uma tentativa frustrada de acesso e download dos arquivos geográficos em formato shapefile utilizados para a criação do mapa interativo da proposta preliminar do novo Plano Diretor.	Recurso Deferido
20/2025	SMAP	24/02/2025	Trata-se de pedido de acesso ao "[...] quadro de funcionários e funções da EMEF Heitor Villa Lobos, bem como todas as suas alterações desde janeiro de 2025".	Recurso Deferido

21/2025	SMF	16/12/2025	O presente pedido buscou o fornecimento de planilha em formato aberto , contendo informações relacionadas às dívidas de proprietários do antigo prédio conhecido como “esqueletão do centro” , conforme matéria jornalística vinculada ao endereço eletrônico indicado pelo requerente.	Recurso Deferido
23/2025	SMAMUS	16/12/2025	Trata-se de pedido de acesso externo ao processo administrativo de autos nº 22.0.000054615-5, o qual envolveu licenciamento ambiental para instalação de placa publicitária	Recurso Deferido
24/2025	SMED	16/12/2025	A requerente solicita informações sobre o Decreto nº23.319 de 5 de junho de 2025, que regulamenta a concessão de bolsas do Programa Alfabetiza + POA. Especialmente quanto ao conceito de professor com carga horária de 30h e à forma de composição dessa carga. Requer, ainda, esclarecimentos sobre a distribuição das bolsas, indicando as funções exercidas e a carga horária das pessoas contempladas.	Recurso Indeferido

25/2025	SMF	16/12/2025	<p>O requerente solicitou, com fundamento na Lei de Acesso à Informação, dados fiscais referentes ao recolhimento de ISS de pessoa jurídica específica, no período de novembro de 2016 a dezembro de 2017. O objetivo era verificar a emissão de NFS-e e o pagamento do imposto relativo a serviços supostamente prestados, visando confirmar a validade de atestado de capacidade técnica apresentado em processo licitatório.</p>	<p>Recurso Indeferido</p>
26/2025	SMF	16/12/2025	<p>1. Considerando que o art. 113 da LOM existe desde a redação original, em 1990: 1.1. Desde quando a Prefeitura Municipal dá transparência às informações referidas? 1.2. Como ocorre essa transparência? 2. A Prefeitura realiza o compartilhamento dessas informações com a Câmara de Vereadores? 2.1. Caso sim: 2.1.1. Desde quando? 2.1.2. Antes da publicação do Portal de Dados Abertos, como era realizado este compartilhamento? 2.1.2.1. Existe algum registro formal deste compartilhamento, como número de protocolo ou entrega? Caso não, por quais motivos isso ocorre?"</p>	<p>Recurso Indeferido</p>
27/2025	SMAMUS	16/12/2025	<p>Trata-se de pedido de informações de “[...] inteiro teor digitalizado protocolo de intenções (e seus anexos) assinado entre a empresa ABF Developments, a prefeitura de Porto Alegre e a Associação Comunitária do Centro Histórico [...]”.</p>	<p>Recurso Deferido</p>

28/2025

SMP

16/12/2025

O requerente solicitou, amparado pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), informações a respeito da adoção das quadras esportivas do trecho 3 da orla pelo hospital Mãe de Deus (por meio da Associação Educadora São Carlos), sendo:

1) A comunicação por meio eletrônico entre SMEL e a adotante durante os três anos de adoção - com o objetivo de informar à prefeitura a realização da manutenção do espaço adotado, conforme prevê o Termo de Adoção. Não havendo essa comunicação, fornecer a justificativa.

2) O número de visitas técnicas da prefeitura (SMEL) no espaço adotado, bem como sua respectiva documentação - com objetivo de fiscalizar as manutenções realizadas pela adotante Associação Educadora São Carlos, conforme prevê o Termo de Adoção, durante os três anos de adoção das quadras do trecho 3.

3) A comprovação documental de todas as manutenções realizadas pela adotante durante os três anos de adoção. A SMP afirma que a Associação Educadora São Carlos investiu mais de R\$ 400 mil no período. Solicita

**Recurso
Deferido**

			<p>acesso a documentação comprove que a adotante realmente investiu essa quantia no espaço público em questão.</p>	
29/2025	SMF	27/01/2026	<p>O requerente formulou pedido de acesso à informação junto ao e-SIC municipal, solicitando relatório dos últimos 20 anos do IPTU de determinado imóvel, contendo, para cada exercício, a competência, o valor lançado, a metragem considerada, o valor pago e a data de pagamento. Alegou que os dados seriam necessários para instruir processo administrativo em trâmite perante a TART, relacionado à suposta cobrança de área em duplicidade.</p>	<p>Recurso Indeferido</p>



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Seevald Weyne Marques**, **Servidor Público**, em 29/05/2026, às 09:25, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **39547968** e o código CRC **2DC01D40**.